*Edição nº 466 (setembro e outubro de 2026) da Revista da Previdência Complementar – publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp, UniAbrapp e Conecta.

Caderno Técnico do Seminário Internacional UniAbrap, por Flávia Silva

Em maio de 2026, a UniAbrapp realizou, em Bogotá, na Colômbia, mais uma edição de seu Seminário Internacional, desta vez com olhos voltados para os vizinhos latino-americanos. Em comum, o desafio de fomentar a Previdência Complementar em meio a sistemas estatais de repartição por vezes “generosos” e altas taxas de informalidade no mercado de trabalho.

Os principais pontos das palestras realizadas ao longo dos três dias de evento são disponibilizados neste caderno técnico, no intuito de subsidiar, como de costume, o tão necessário debate doméstico sobre o fomento do setor.

Waldo Tapia, Especialista-Chefe da Divisão de Proteção Social e Mercados de Trabalho do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Colômbia)

O envelhecimento acelerado, a informalidade e a baixa densidade contributiva formam uma combinação que ameaça a sustentabilidade dos sistemas previdenciários da América Latina e do Caribe. Ao analisar a relação entre demografia, mercado de trabalho e previdência, Waldo Tapia defendeu que as reformas não podem mais ser pensadas apenas sob a ótica previdenciária.

“Os sistemas previdenciários têm um papel-chave no bem-estar da população. A cobertura está diretamente relacionada ao desenvolvimento humano, sobretudo por sua influência sobre a renda na velhice”, observa. Dados do BID mostram que a América Latina registra Índice de Desenvolvimento Humano médio de aproximadamente 0,75 e cobertura previdenciária efetiva em torno de 63%. Ainda assim, a região está situada abaixo da curva internacional que relaciona cobertura previdenciária e desenvolvimento.

Pressão política – Nos últimos dez anos, nove países da região promoveram reformas, enquanto outros discutem mudanças nos sistemas previdenciários. “Esses sistemas precisam conciliar três objetivos difíceis... e caros: ampla cobertura, sustentabilidade financeira e benefícios adequados”, sintetiza o especialista.

O problema é que, quanto mais as decisões forem adiadas, mais difícil será aprová-las politicamente. Nesse sentido, Tapia chama a atenção para o envelhecimento do eleitorado. Em vários países, o eleitor médio terá mais de 50 anos em 2050. Ao mesmo tempo, diz ele, são as pessoas mais velhas que tendem a participar mais ativamente dos processos eleitorais em comparação às mais jovens. “As decisões sobre previdência serão tomadas por beneficiários de aposentadorias e pensões, não por quem as financiam”, alertou.

Esse desequilíbrio tende a dificultar a adoção de medidas paramétricas, como o aumento das idades de aposentadoria, das contribuições ou a revisão dos benefícios. Também pode acarretar a ampliação de benefícios não contributivos, sobretudo quando parcela significativa da população chega à velhice sem renda própria.

Sistema excludentes – No quintil mais pobre, apenas 16% dos trabalhadores contribuem para o sistema previdenciário. A participação também é significativamente menor entre pessoas com baixa escolaridade. “Os sistemas previdenciários latino-americanos não estão funcionando para quem tem menor renda”, disse Tapia. “Eles foram desenhados para privilegiar trabalhadores com empregos estáveis e salários acima do mínimo.”

Como consequência, apenas quatro em cada dez pessoas conseguem se aposentar recebendo uma pensão contributiva. A ampliação do alcance dos benefícios não contributivos elevou a cobertura total para aproximadamente 60%, mas não resolveu a origem do problema, explica o palestrante. “Nos últimos 25 anos, os países só conseguiram aumentar a cobertura por meio do pilar não contributivo. O resultado é uma crescente dependência de receitas fiscais para compensar as falhas do mercado de trabalho.”

(Continua…)

Clique aqui **para ler a matéria completa na íntegra.**

Fonte: Abrapp em Foco, em 04.11.2026.